

Fechado acordo com o ...

por Jurema Boesse
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

"pacote" de reescalonamento, US\$ 283 milhões com juros, e em relação a 1989 o Brasil deixará de pagar US\$ 682 milhões. Em relação aos acordos anteriores firmados pelo Brasil junto ao Clube de Paris, o atual é consideravelmente mais avançado, entende o ministro da Fazenda.

No acordo de 1983, lembrou, o Brasil obteve oito anos de prazo com quatro de carência e reescalou US\$ 1,5 bilhão que representava 85% do principal e juros. No acordo de 1987 foram reescalados US\$ 3,7

bilhões, sendo 100% do principal e juros, mas o período abrangeu apenas de 1º de janeiro de 1986 a 31 de dezembro do mesmo ano, com a possibilidade de prorrogação por mais seis meses. Essa prorrogação não aconteceu porque em fevereiro do ano passado o País decretou a sua moratória. Com as entidades oficiais de crédito congregadas no Clube de Paris, porém, o Brasil nunca deixou de pagar os juros.

A próxima fase, acrescentou o ministro da Fazenda, é a dos acordos bilaterais, que serão feitos com cada país em separado. Esse processo terá como base

as regras acertadas com o Clube com apenas algumas variações. Nóbrega, entretanto, entende que dificilmente essa fase se encerrará até o final do ano, devido à complexidade de algumas negociações, como a que se desenvolverá com o governo japonês.

O ministro da Fazenda relacionou duas consequências práticas para o País do fechamento do acordo com o Clube de Paris: o alívio substancial na despesa com juros e a abertura das agências oficiais de crédito para o financiamento das importações brasileiras de máquinas e bens de capital. As duas juntas trarão

um resultado positivo para o fluxo do balanço de pagamentos, acrescentou. Para esse ano, entretanto, o volume de dinheiro novo não será expressivo, uma vez que este processo de retomada exige certo tempo pelas empresas brasileiras e fornecedores. Como não há nenhum pedido em carteira para financiamento, explicou, a expectativa é que esse volume seja importante a partir de 1989, o que irá depender, também, do nível de demanda das empresas brasileiras e do ritmo da economia do País, observou. A queda no interesse das empresas por esse tipo de financiamento, explicou o ministro, era decorrente da própria dificuldade do País de obter crédito junto às entidades oficiais dos governos industrializados.